



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021**

**CNPJ: 31.723.265/0001-41**

### **ARQUIVO: BALANÇO PATRIMONIAL - BALPAT**

#### **1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, administração direta, tem sua sede estabelecida à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES, CEP: 29.300-170, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

#### **2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições normativas vigentes.

#### **3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**

##### **BALANÇO PATRIMONIAL – BALPAT**

**A)** Conforme regulamentação da STN e TCEES (IN nº 36/2016 TCEES e Instrução Técnica de Consulta nº 00060/2021-6 – TCEES) foram reconhecidas a totalidade das despesas com férias, 1/3 de férias, INSS, IPAJM e IPACI patronal incidentes sobre as mesmas no atributo “P”. Além do reconhecimento no referido atributo, parte desse valor, também, foi reconhecido no atributo “F”, ocasião que realizou-se o empenho, a liquidação e seu respectivo valor em caixa.

O planejamento é de que no exercício de 2022, todos os reconhecimentos sejam acompanhados de empenhos e liquidações, e seus respectivos valores deixados em caixa. Assevera que esse referido procedimento é uma atitude de boa prática de gestão, tendo em vista não haver nenhuma determinação legal de obrigatoriedade de efetuar a execução

**“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”**



orçamentária dos mesmos, ou melhor, a legislação determina o reconhecimento no atributo “P” e a Administração da Câmara Municipal, além de reconhecer no devido atributo, pretende reconhecer também no atributo “F”, realizando assim, o empenho, a liquidação e deixando os valores em caixa na ocasião de não realização do pagamento no exercício vigente.

**B)** O saldo na conta contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 103.580,79, é derivado dos seguintes lançamentos contábeis:

C – 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 21.240,00 (Baixa de Direito a Receber);

D - 1.1.3.8.1.16.00.000 Crédito a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores ----- R\$ 124.820,79 (Atualização de Direito a Receber);

Obs.: Todos os ajustes estão subsidiados por constatações verificadas durante o exercício de 2021, por processos, cujos fatos ocorreram em exercícios anteriores. E todos os lançamentos de contrapartida foram realizados na **conta contábil 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de Exercícios Anteriores**.

**Ressalta-se ainda que tais lançamentos advêm dos seguintes processos:**

1 - Processo de ressarcimento de Pagamentos acima do Teto Constitucional em exercícios anteriores (Constatado através de Auditoria Interna) – Processo Administrativo nº 44/17 (Protocolo Geral CMCI 64822/17);

2 – Processo de atualização de saldo devedor - Processos Administrativos nº 44/17 e 17.064/21, em virtude de Decisão Judicial no processo nº 0006471-15.2014.8.08.0011.

#### **4 – PROCESSOS DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, BAIXA DE INTANGÍVEIS E DE BENS MÓVEIS**

No exercício de 2021 a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim realizou reavaliação dos bens imóveis e também reavaliação em algumas classes de bens móveis através do processo administrativo nº 17.562/2021. Por meio da reavaliação, diversos bens tiveram suas depreciações acumuladas baixadas por conta de sua nova vida útil projetada.

Após estudo realizado pela comissão permanente de Patrimônio, constatou-se que os bens intangíveis foram registrados de forma equivocada como bem patrimonial, tendo em vista que não se trata de bem permanente, e sim, de uma despesa corrente. Desta forma, foi realizada a baixa dos bens intangíveis através do processo nº 7.663/2021.

Ocorreram também baixas de alguns Bens Móveis, resultantes de análises contidas nos processos nº 7.663/2021 e 17.562/21.

**“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”**



## 5 – REFLEXO DA PANDEMIA COVID-19 DO EXERCÍCIO DE 2021

EXERCÍCIO	VALOR DUODÉCIMO	PERCENTUAL ACRESCIDO NO ANO (%)	VALOR ACRESCIDO NO ANO (R\$)
2017	R\$ 13.998.565,63	-	-
2018	R\$ 14.960.287,24	6,43%	R\$ 961.761,61
2019	R\$ 15.901.121,65	5,92%	R\$ 940.834,41
2020	R\$ 17.555.382,52	10.40%	R\$ 1.654.260,87
2021	R\$ 17.154.000,00	-2,29%	(R\$ 401.382,52)

Após análise do comportamento da Receita nos últimos 04 anos (2017/2020), observa-se um crescimento médio do repasse de 7,58% (sete inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento), representado em moeda corrente, o valor de R\$ 1.185.605,63 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e três centavos).

Considerando essa evolução da receita, o repasse do exercício de 2021 seria em torno de R\$ 18.740.382,00 (dezoito milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos e oitenta e dois reais) e como reflexo da pandemia, no referido exercício, o repasse efetivado foi de R\$ 17.154.000,00 (dezessete milhões e cento e cinquenta e quatro mil reais).

Assim, observa-se que o comportamento da referida receita ficou muito aquém do histórico apresentado. E ainda, não houve nenhum acréscimo de 2020 para 2021, muito pelo contrário, o repasse retraiu em 2,29 % (dois inteiros e vinte e nove centésimos por cento), representado em moeda corrente, o valor de R\$ 401.382,52 (quatrocentos e um mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

## 6 - PROCESSOS JUDICIAIS

Conforme consulta a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal de Cachoeiro, através do Protocolo nº 21.980/2021 sobre Processos Judiciais em aberto contra Câmara Municipal, destacamos:

Processo 0016880-45.2017.8.08.0011 – Trânsito em Julgado (desde 12/11/2021). Ação Judicial que tem seu desembolso provável no exercício de 2022.

Processo 5006062-07.2021.8.08.0011 – Ação Judicial que tem seu desembolso possível no exercício de 2022.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**  
ESPÍRITO SANTO

CMCI online

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro  
Cachoeiro de Itapemirim/ES  
CEP: 29300-170  
Fone: +55 28 3526-5622  
[presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br](mailto:presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br)

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 15 de março de 2022.

Atenciosamente,

**Brás Zagotto**

**Presidente**

**Rafael Macedo Batista**

**Contador – CRC/ES 016.165**

**“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”**